

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO- - PREVI-RIO

ATA SUMÁRIA DA 214ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 24 de fevereiro de 2026, às 15h, realizada em ambiente híbrido (virtual + presencial) pela plataforma "Zoom".
2. **ORDEM DO DIA:**
 1. Aprovação da Ata da 213ª Sessão Ordinária;
 2. Apresentação e avaliação periódica Relatório de Ouvidoria;
 3. Aprovação da Política de Investimentos;
 4. Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES: A reunião foi presidida pelo Presidente do Conselho, representado pelo suplente Dr. Fernando dos Santos Dionísio. Aberta a sessão pelo conselheiro Bernardo Egas, iniciando a pauta, foi submetida à votação a ata da 213ª sessão ordinária do CAD sendo aprovada por unanimidade dos presentes. Passando ao item 2 da pauta - Apresentação e avaliação periódica do Relatório de Ouvidoria, foi apresentado pelo convidado Marconiedson Landim Dutra, Ouvidor do Previ-Rio, o histórico do ano, contemplando as apresentações anteriores e o histórico mensal de janeiro/2025 a janeiro/2026. Mostrou os totais de chamados de Ouvidoria do sistema que adotamos com a criação dos despachadores, que são os setores técnicos que executam as tarefas relacionadas aos chamados. Apresentado B.I de performance da Ouvidoria que continua com 100% de atendimento dentro do prazo. Reforçando que, os prazos de resposta estabelecidos pela Ouvidoria central são trinta dias e a resposta da Ouvidoria do Previ-Rio ocorre no mesmo dia ou no máximo em 48 horas. Foi incluída nesse Relatório a visão da Ouvidoria central através dos índices de desempenho, que no Relatório anterior não tinha. Demonstrado comparativo de desempenho da Ouvidoria do PREVI-RIO com as outras Secretarias demonstrando que a Ouvidoria do PREVI-RIO é uma das poucas que apura índices TMA zero, que é o tempo de atendimento, o VME volume de manifestações em estoque zero e o PMR Percentual de manifestações respondidas em 100%. A Ouvidoria passou a demonstrar as solicitações de atendimento por tipo e transformando em percentual para facilitar o entendimento dos relatórios. O maior percentual de solicitações é sobre os benefícios com questões relacionadas a prazos, documentos, nos casos de indeferimento sobre recurso. Apresentado o Relatório de atendimento das solicitações via 1746 dos Despachadores. A Ouvidoria consegue dar informação/solução a maior parte das solicitações mesmo as mais complexas de forma direta com consulta aos sistemas corporativos. Houve crescimento considerado nas solicitações relacionadas a desconto em contracheque. Pelo conselheiro Bernardo foi dado parabéns ao Marconiedson e toda a equipe da Ouvidoria do PREVI-RIO, pelo atendimento sempre dentro do prazo. Passando ao item 3 da pauta - Aprovação da Política de Investimentos, pelo conselheiro Bernardo foi dito, que em reunião anterior, já houve essa etapa superada, mas houve também uma inovação na legislação que alterou alguns limites dos percentuais que podemos alocar nos tipos de investimento. Acredito que todos tenham recebido essas informações. Pelo convidado Gabriel, Diretor de Investimentos foi dito, vamos apresentar uma política, na verdade, que já teve a aprovação no final do ano passado. Só que, duas semanas depois, houve uma mudança na Resolução. A Resolução vigente agora é a CMN 5272/2025, com isso, tivemos que fazer algumas adaptações normativas. Não tivemos nenhuma mudança na nossa estratégia. Enviamos a todos o texto anterior bem descrito e o que foi alterado. Deixando bem claro desde o começo, não estamos vindo aqui, obviamente, aprovar a Política como um todo no sentido estratégico, mas adaptar as normas atuais vigentes para que esteja adequado com as necessidades. Basicamente essa primeira parte é uma questão normativa em relação às principais mudanças. A nova Resolução tem foco em governança, estabelecer limites de alocação por determinados segmentos, relacionada a alguns segmentos com risco de liquidez, como é o caso de crédito privado. O nosso Fundo aplica basicamente em ativos soberanos. A Resolução já está de acordo com o que foi aprovado anteriormente, ajustando apenas a questão normativa. Reforçando a questão do nosso impacto é mínimo, buscamos hoje junto a Política de Investimentos, uma meta de rentabilidade IPCA+6,00%, nossa predominância de ativos também de renda fixa. Para não dizer que é a totalidade, temos 99,9% de renda fixa soberana, sempre buscando um reforço de liquidez e também estar de acordo com as nossas necessidades de fluxo mensal. Temos um compromisso muito grande em relação às nossas necessidades de fluxo. Então nossas alocações são muito voltadas a atingir a meta estabelecida, que

é o que basicamente aprova junto nessa política e também o reforço de liquidez e os controles que temos que ter no Fundo. Em relação à estratégia, é focada em ativos de soberano, que são títulos públicos, e aproveitando o momento atual, que está com uma SELIC elevada, que conseguimos manter essa meta de rentabilidade de IPCA + 6,00%. Sempre temos que estar preocupados com a questão de fluxo e nossa relação entre objetivo estratégico, ativos que vamos alocar e a necessidade de fluxo tem que estar bem alinhado. O nosso controle e a nossa diversificação estão focados nesse ativo de soberano. Mostrou um slide que foi apresentado anteriormente, teve o PIB para o ano de 2026, aumentando levemente. Hoje estamos com um PIB projetado de 1,82% e a inflação caiu. Hoje estamos com uma meta de inflação, não uma projeção de inflação para 2026 de 3,91%. E a SELIC também aumentou um pouco a nossa última projeção era de 12% e a atual é de 12,13%, abaixo do que veio em janeiro, mas ainda está um pouco acima da nossa última reunião. Para ser mais precisa a nossa análise, falando normalmente em ambiente global, não tem mudanças relacionadas às cadeias e às visões relacionadas a câmbio e mercado externo e na economia brasileira. A inflação projetada é 3,91%, acima do centro da meta de 3%, mas dentro do intervalo de tolerância, os juros com queda a partir de março, isso corrobora com a inflação estando mais controlada e nossa necessidade de rentabilidade IPCA + 6,00%. Relacionado à questão do nosso posicionamento é o que falei anteriormente, é aproveitar esse prêmio de juros reais para continuar nessa busca desses ativos que trazem liquidez, segurança e ao mesmo tempo, que consigam atingir essa meta. Voltando à nova Resolução, inserem mais vezes a palavra atuarial, então esse diálogo com a meta atuarial, um compromisso atuarial é mais importante para o Fundo, estamos dentro da projeção atuarial e ao mesmo tempo da nossa meta de liquidez elevada que precisa hoje de fluxo de caixa no nosso Fundo e uma diversificação moderada. Basicamente, isso define o que podemos alocar para o ano de 2026, tudo que é definido, o alvo, precisamos cumprir no CADPREV, não posso chegar e informar que vamos colocar 80% em renda fixa soberana e colocar 10% em renda variável. Então, o que estamos aprovando na verdade, é o que vamos seguir ao longo do ano, caso haja alteração, temos que trazer ao Conselho e aprovar novamente. Estamos aprovando um Fundo onde vai investir majoritariamente em ativos soberanos do Governo que conversem com a nossa necessidade de liquidez. Então não podemos fugir dessa questão do alvo, realocando ou ajustando, caso precise. A Resolução enfoca bastante no risco de mercado, o risco de crédito, de concentração e de liquidez. Mas fiz questão de colocar junto, que é a questão da aderência. Todos esses riscos estão no nosso Relatório, estão na nossa Política. Mas para a nossa situação atuarial, é o risco soberano. Então estamos investindo em ativos do Governo. O risco de crédito é um default do Governo. O risco de mercado é um problema do Governo e o risco de liquidez também. Temos um passivo previdenciário que temos que honrar com o nosso compromisso em longo prazo, honrar com pagamento de benefícios e temos uma necessidade de ganho real do Fundo no futuro. Temos o equilíbrio atuarial para gerar um setor de investimento. Então, por isso, definimos que a busca desse ano vai ser IPCA + 6,00%, predominantemente em ativos de baixo risco e que essa liquidez seja diretamente compatível com a nossa necessidade de pagamentos, isso hoje é a nossa aderência que temos em relação à nossa meta atuarial. Apresentou a Carteira de Bens Imobiliários, que basicamente é a avaliação dos imóveis, houve um crescimento dos valores. Deixo claro que temos internamente um limite máximo agregado de aplicação de 10%, que é um limite interno de proteção. Lembrando que na última reunião aprovamos a Política de Investimentos e hoje precisamos aprovar as Diretrizes e o Plano de Aplicação. Pelo conselheiro Bernardo foi dada a palavra aos conselheiros para dúvidas. Pela conselheira Thais foi ponderado, primeiramente, parabenizo o Instituto pela celeridade em se adequar à nova legislação. Analisei os documentos e algumas sugestões desse pleno em plenárias anteriores foram acolhidas. Isso é positivo. Entretanto, os Ativos Imobiliários, como os financeiros devem buscar a rentabilidade que supere a meta definida que são os 6% do IPCA. As legislações que falam sobre o Fundo de Investimento sempre versam que o Fundo deve gerir rentabilidade para segurar a sustentabilidade do plano, então à Política de Investimento do FUNPREVI precisa conter os dados de rentabilidade da Carteira de Imóveis por ano, para que, nós conselheiros, consiga compreender se a permanência desse imóvel, no Fundo, é interessante, por ser rentável, ou se é onerosa e se for onerosa, esse plano deve conter de maneira clara um plano de contingência, uma compensação para esse imóvel. Isso não está posto no plano de investimentos do FUNPREVI. O Gabriel inseriu duas colunas que nós sugerimos nas plenárias anteriores, valor inicial, valor atual. Só que o dado principal é o da rentabilidade. Esse dado não está contido na Política de Investimentos, então não consegue aferir se esse imóvel é interessante ou não, manter no Fundo. Pelo conselheiro Luiz Cláudio foi dito, assim como a Thaís, também faço referência às melhorias que nós tivemos atendimento de proposições de melhores informações. Acho que ainda pode melhorar, lembro que no ano passado, na reunião 209ª tivemos uma discussão bastante animadora sobre como utilizar a Carteira de Imóveis para rentabilizar o Fundo. A apresentação do então Diretor de Investimentos, Marcos Vinícius. E não vi aquela decisão. E a ideia era a composição de um Fundo de investimento com os imóveis do PREVI-RIO e do FUNPREVI e, a partir disso fazer desenvolver a capitalização. Não vi aquela decisão do Conselho refletida neste Relatório de investimento. O Relatório de Investimento foi

rapidamente adaptado à legislação, conforme a alteração. Mas não trouxe nada de uma decisão que o próprio Conselho tomou e uma decisão que eu considero importante. Foi um caminho muito interessante, original, que a gente adotou essa Política de Investimento. Não abraçou a decisão do próprio Conselho na reunião 209^a. Deve melhorar nesse sentido, nós temos a nossa Carteira Imobiliária e no que diz respeito à carteira imobiliária, existe muita informação da legislação que precisamos respeitar, mas não tem dinheiro. Quando chega ao final do mês acaba, o dinheiro só dura trinta dias. A nossa esperança, o nosso foco deve ser onde o relatório não focou que é no desempenho de nossa Carteira Imobiliária. As informações foram acrescidas de dados relevantes de valorização dos imóveis. Mas isso pode melhorar, porque, para mantermos esses imóveis em carteira, tem uma despesa de manutenção. Precisamos dessas informações para decidir se deve ser mantido ou não. Pelo menos para sabermos por que, conforme na apresentação, o próprio Gabriel falou, precisamos acompanhar a nossa proposta de remuneração da Carteira na nossa meta atuarial, e são informações que precisam ser inseridas nesse Relatório, ainda dos imóveis, para ver se essa Carteira está acompanhando o nosso desempenho. O conselheiro Marcelo Queiroz parabenizou a Ouvidoria do PREVI-RIO, sugerir uma aprovação unânime dos relatórios que segundo consta, não precisa, obviamente, ter a aprovação de um Relatório de Ouvidoria num Conselho de Administração, mas acho que foi uma grande atitude feita com 100% de resposta com prazo zero de atraso. Parabenizo também os servidores que compõe a Ouvidoria do PREVI-RIO que pode ser uma inspiração, não só para a SMA que tem tentado atuar sempre junto, mas para todas as Secretarias da Prefeitura do Rio. Pelo conselheiro Bernardo foi dito que estamos falando da Política de Investimento, que, no meu entendimento, são as alçadas que nós temos de alocação de recursos dentro de certos tipos de investimento. É importante dizer também que o PREVI-RIO está aqui cuidando do patrimônio dos servidores com toda a seriedade, não mudamos, a Gerente continua há vários anos fazendo esse trabalho, a Maria Fernanda, desde a época de 2016 que eu fui Presidente, continua na mesma função, na parte de Ativos Mobiliários. Temos uma postura muito conservadora, muito séria, e só investimos em bancos públicos, como vocês sabem. Então nada foi alterado, temos que ressaltar sempre isso, ainda mais que no momento atual temos visto diversos problemas em outros entes. Importante salientar a questão dos imóveis, sabemos que os terrenos que estão desocupados não geram receita, e temos uma receita de locação de alguns imóveis nossos. Isso são dados também abertos. As dúvidas e as solicitações, as informações que foram solicitadas, nós procuramos responder tudo, incorporar na apresentação e enviar também para os senhores, por e mail, reforço sempre que estamos aqui também, presencialmente à disposição de todos vocês. Em relação à rentabilidade está na planilha que foi apresentada aos senhores. O que o Luiz Cláudio falou é muito importante, tentamos trabalhar o tempo inteiro, que é na rentabilização dessa Carteira Imobiliária. Por isso que propomos com o Diretor anterior, aquela questão da permuta, porque eram terrenos que não geravam nenhum dividendo para nós, geravam custo de manutenção Não tinha vislumbre de venda desses terrenos no modelo que praticamos. Então, o patrimônio da Prefeitura consegue ter uma flexibilidade maior para fazer vendas estruturadas de outras maneiras, com facilitação de pagamento, com outras estruturas de parcerias que não conseguimos aqui, porque justamente é mais engessado, mais conservador. O que fazemos é uma aprovação do escopo de atuação que temos. Isso que é a Política de Investimento. Pelo conselheiro Gillian foi dito, que percebeu a mesma coisa dos conselheiros Luiz Cláudio e Thais, essa alienação desses imóveis, que não são estratégicos para o PREVI-RIO vão gerar esse custo de manutenção, havia comentado em outras atas. Já que existe uma previsão de substituição desses imóveis, que seja por imóveis mais lucrativos para o Fundo, para gerar a melhor rentabilidade que seja estratégica para alcançar essa meta do IPCA + 6,00%. Pelo conselheiro Bernardo foi dito, pegar três grandes terrenos, na verdade, um era adquirido em três, então são cinco grandes terrenos. Fizemos a permuta, tem um prédio em Irajá, que tem uma ocupação no primeiro andar, estamos trabalhando nos outros andares, temos um esforço constante de rentabilização da nossa Carteira Imobiliária, isso é inegável que estamos fazendo esse esforço. Acho interessante tentar substituir observando esses valores nas trocas, na permuta anterior, tivemos um ganho de um milhão a mais que conseguimos em nosso benefício na permuta, uma rentabilização muito melhor, porque era zero e passou a ser positiva. Pelo convidado Gabriel foi dito, temos toda a nossa Carteira, tudo que está alugado, quanto rentabiliza isso é publicado de forma periódica no site. A Política Anual de Investimentos, não é isso, o que estamos vendo hoje é onde podemos aplicar nossos recursos. Não definimos licitação de imóvel, nem de permuta, nem de permissão de uso, rentabilização não é isso. Não é isso que a Política fala. Em nenhum momento da Política, falamos que vamos alienar imóvel nosso ou vice versa. O que usei na última reunião é basicamente as diretrizes que a gente pode seguir. Para isso, precisa primeiro alcançar uma média de rentabilidade de IPCA + 6,00%. Então a nossa parte imobiliária hoje é muito importante, fazemos um estudo constante, para ver qual o caminho seguir. No nosso site, tem publicado um Relatório de Diligência. Relatório analítico, que mostra de fato como a nossa Carteira de Imóveis está se portando, o IPCA até dezembro foi 9,70%. Temos esse valor, mas não pode estar na Política de Investimentos para o ano que vem, porque esse valor esse ano pode ser IPCA + 1,00% ou IPCA - 3,00%. Então

isso não compete à Política de Investimentos. Pela convidada Alexandra, Gerente de Ativos Imobiliários foi dito, complementando o que o Bernardo colocou, continuamos perseguindo todos os objetivos de rentabilidade dos imóveis, conforme foi aprovado na Ata anterior com a permuta dos imóveis, dos nove imóveis. Mas só para atualizar todos, neste momento, nós estamos fazendo a avaliação. Solicitamos a avaliação do valor mensal de cada imóvel para prosseguir no próximo passo, que seria uma possível locação, seguindo a meta do IPCA + 6,00% para esses imóveis que estão permutados conforme já aprovados pelo Conselho anteriormente, isso não é de uma hora para outra, mas estamos trabalhando todos os dias para colocar em prática o que foi aprovado pelo Conselho de Administração algumas reuniões atrás e assim, ao longo desse ano é a nossa meta, cumprir o aprovado pelo Conselho de Administração que está em curso de estudos neste momento. Pelo conselheiro Bernardo foi dito, que não é simples, chegar e alugar um prédio inteiro do dia para a noite, mas é muito mais viável rentabilizar um imóvel quando é um prédio do que quando é um terreno, não consegue nem coloca-lo à venda. Então, dito isso, passo para a aprovação da Política de Investimento, Diretrizes e Aplicação Pelos conselheiros Dr Fernando Dionísio, Carlos Evandro Viegas, André Tostes e Marcelo Queiroz foi aprovada a Política de Investimento, Diretrizes e Aplicação. Pela conselheira Thais foi sugerido que o plano seja atualizado com informações de rentabilidade que são fundamentais para termos uma correta interpretação da movimentação desses imóveis, deixo novamente a sugestão de inserir essa informação na Carteira de Imóveis. Não aprovo nesse momento e sugiro que votemos numa próxima plenária, essa Política de Investimentos. Pelo conselheiro Bernardo foi dito, essa foi a sugestão anterior de vocês, colocamos todas as informações, isso foi enviado aos senhores. Alguns conselheiros fizeram demandas, fizeram consultas, respondemos o que foi perguntado. Pelo conselheiro Luiz Cláudio não foi aprovado a Política de Investimentos, Diretrizes e Aplicação. Pelo conselheiro Gillian também não foi aprovado. Pelo conselheiro Leandro foi aprovada a Política de Investimento, Diretrizes e Aplicação. Passando ao item 4 da pauta - Assuntos Gerais. Pela conselheira Thais foi dito, acho interessante colocar de forma recorrente nas nossas discussões, sempre trago bastantes demandas, estou sempre sinalizando sobre a Ouvidoria. Só que o Marconi falou uma coisa interessante, e gostaria de ponderar a respeito, que é o seguinte: o servidor quando liga para a Ouvidoria do PREVI-RIO orientado por mim, porque é a orientação institucional deste Conselho ligar para a Ouvidoria, estão procurando informações para resolver algumas demandas que resolveriam com o banco e quando o banco é liquidado, cessa o contato. Fechando essa ponderação para o Marconi não é que o servidor não queira pagar a dívida. O servidor sabe que deve e quer pagar a dívida. Mas existem situações que alinham com o banco, no caso com o banco Master através de um saque do banco Master. Não existe mais o contato, então os servidores ficam perdidos. Não acredito que os servidores não queiram pagar o que devem. O problema mesmo é a falta de comunicação com o banco. Pergunto para o Presidente Bernardo, encaminhei algumas demandas de servidores sobre o não pagamento do auxílio creche, competência, dezembro de 2025. Pelo convidado Marconiedson, foi apresentado como exemplo, sobre casos similares que havia acabado de responder, um em que a criança perdeu por ter feito sete anos e uma outra em que a pessoa ficou sem a guarda e posse em dezembro, e passou a ter novamente a guarda agora, dia 22/02, não fez jus ao recebimento. Pela conselheira Thais foi dito, não sei se esses são os mesmos casos que passei para o Diretor de Previdência Luiz Renato. Vou seguir na hierarquia, enviei para o Luiz Renato e, como não obtive uma devolutiva resolvi enviar para o senhor Presidente. Tendo em vista que estamos tendo a plenária, por fim, gostaria de saber se existe alguma previsão para a inscrição do Auxílio-Creche, Auxílio-Educação 2026. Pelo conselheiro Bernardo foi dito, estamos avaliando na Portaria para quem não conseguiu dar entrada no período anterior, fazer agora. O conselheiro Luiz Cláudio fez uma observação, desde a primeira vez da apresentação do Relatório de Ouvidoria, não é o Relatório Operacional, ou seja, é o Relatório das demandas que chegam à Ouvidoria, como está o desempenho das demandas que não chegam à Ouvidoria. Pelo conselheiro Bernardo foi respondido que temos a Gerência de Atendimento no térreo e que vai pedir atualização ao Diretor de Previdência, Luiz Renato. Pelo conselheiro Leandro foi dito, vou retomar um pouco do que a Thaís falou, uma das respostas que tivemos é a de que possivelmente a criança tinha completado sete anos em novembro, mas no caso dessa criança que levei ao conhecimento, ela completa sete anos em novembro de 2026. Só queria deixar essa colocação, porque temos muita empatia pelo trabalho que é feito e por permitir de trazermos os casos, de darem um andamento especial, mas específico, por essas demandas que ficam soltas. O Paulo, Henrique, não confirmei, mas a Rosinete disse que recebeu uma informação, até tentou replicar, provavelmente pode ter havido uma confusão na relação da idade dela, acho que o sistema mesmo bloqueia quando completa a idade, peço que tente ver se há algum equívoco ou não. Pelo convidado Marconiedson foi dito que o caso que ele comentou não é o mesmo, pois chegou dia 25 e 26/02. Pelo conselheiro Luiz Cláudio foi dito, que esse ano vai ter a eleição do CAD, gostaria que na próxima reunião fosse apresentado como está a programação para fazer as eleições do CAD este ano e lembrando que em 2018/2020, nós tivemos uma ótima divulgação dos trabalhos eleitorais, até no relógio do CASS aparecia, no elevador. Pelo conselheiro Bernardo foi dito, que se comprometeu

fazer a divulgação e vai superar todos os anos anteriores. Pelo conselheiro Leandro foi dito, não concorro porque já sou reeleito, mas se puder dar um pouco mais de publicidade seria de grande valia para nós servidores, e também os servidores de carreira, que fosse prestigiado, o Conselho, a candidatura, a eleição, a concorrência dos eleitos. Nós tivemos, em alguns momentos uma eleição um pouco mais esvaziada, outras mais comprometidas, mas somado ao que o Luiz Cláudio falou, fica o nosso pedido de apoio, embora eu não venha candidato. Pelo convidado Marconiedson foi dito, que esse Relatório de Ouvidoria vai ser parte do Relatório Gerencial que a CGM exige e vai poder confrontar com o Relatório de Gestão que vai ser disponibilizado no site, provavelmente, em maio, confrontando as informações da Ouvidoria com todo o Relatório de Gestão do PREVI-RIO. O conselheiro Bernardo agradeceu a todos e mantenho a disposição para qualquer dúvida adicional. Nada mais sendo acrescido, a sessão foi encerrada às 16:01h .

RELAÇÃO DOS CONSELHEIROS PRESENTES: Fernando dos S. Dionísio - Suplente do Prefeito; Bernardo Egas Lima Fonseca - Presidente do PREVI-RIO; Dr. André Tostes - Suplente do Procurador Geral do Município; Carlos Evandro Viegas - Suplente da Secretária Municipal de Fazenda, Marcelo Queiroz - Secretário Municipal de Administração; Thais Ingrid Leão Costa Ferreira Valença - 1º Eleita; Luiz Cláudio dos Santos - 2º Eleito; Gillian Almeida da Costa Relvas dos Santos - 3º Eleito, Leandro Ribeiro Campos - 4º Eleito.